



“Questão Social, Pandemia e Serviço Social: em defesa da vida e de uma educação emancipadora”

Eixo temático: Trabalho, Questão Social e Serviço Social
Sub-eixo: Trabalho, questão social e serviço social - fundamentos

A FORMAÇÃO SOCIAL BRASILEIRA E AS IMPLICAÇÕES NAS EXPRESSÕES DA QUESTÃO SOCIAL: APONTAMENTOS PARA UMA ANÁLISE

DANDARA VIANNA DE ALBUQUERQUE ¹
ANTONIO DE ALBUQUERQUE GONÇALVES JUNIOR ¹
THAIS DE ALBUQUERQUE MARANHÃO LÔBO ¹

Resumo: Este trabalho retoma a formação sócio histórica brasileira com o objetivo de compreender quais suas principais contribuições na apreensão das particularidades da Questão Social no Brasil. Balizado pelo materialismo histórico dialético e pautado pela revisão bibliográfica dos principais intérpretes brasileiros, foi possível entender que as expressões da Questão Social brasileira são reflexos da própria estrutura das bases históricas do país, sobretudo: a herança colonial escravocrata; as características da burguesia nacional, a condição de capitalismo dependente e a distância social entre as classes fundamentais da realidade brasileira.

Palavras-chave: Formação Social Brasileira; Questão Social; Intérpretes Brasileiros.

Abstract: This work resumes the Brazilian social historical formation with the objective of understanding which are its main contributions in the apprehension of the particularities of the Social Question in Brazil. Based on the dialectic historical materialism and guided by the bibliographic review of the main Brazilian interpreters, it was possible to understand that the expressions of the Brazilian Social Question reflect the very structure of the country's historical bases, especially: the colonial slavery heritage; the characteristics of the national bourgeoisie, the condition of dependent capitalism, and the social

¹ Estudante de Pós-Graduação. Universidade Federal Do Rio De Janeiro

distance between the fundamental classes of the Brazilian reality.

Keywords: Brazilian Social Formation; Social Question; Brazilian Interpreters.

1. INTRODUÇÃO

A história da formação social do Brasil é composta por diversas transformações econômico-sociais, sendo perpassada por momentos de continuidade e ruptura, extermínios e apagamentos que engendram características particulares a própria concepção do que vem a ser apreendido como povo brasileiro.

Nesse imbróglio constitutivo do país, há um vasto acervo histórico interpretativo de sua trajetória enquanto nação. Produções que buscaram dar conta do conjunto diverso de períodos passados que moldaram substancialmente o Brasil tal como sua expressão atual. Leituras do país que vão desde as suas vertentes hegemônicas, pautadas pelo conservadorismo nas narrativas do “descobrimento”; do “índio”; do “negro”; dos “heróis nacionais ampliadores de direitos” e outras facilitações históricas, como também as interpretações apresentadas pelos radicais

(CANDIDO, 1988) e revolucionários que buscaram disputar os rumos da memória e da história do Brasil.

Os intérpretes brasileiros de orientação radical/revolucionária, para além de colaborar na construção das narrativas com olhares distintos àquelas formuladas pelas vertentes hegemônicas, contribuíram ainda no entendimento acerca das heranças legadas pela escravidão, a formação econômico-social, o capitalismo dependente e a Questão Social no Brasil. Esta última, apesar de se originar na contradição entre capital e trabalho, comum a todos os países sob a égide capitalista, é atravessada por um conjunto diverso de particularidades que a conformam de maneira peculiar na realidade brasileira. Estas especificidades são, por sua vez, talhadas justamente pelas características constitutivas da formação social brasileira.

Dessa forma, partindo da perspectiva do materialismo histórico dialético, nosso objetivo com o presente trabalho é compreender de que modo a formação social brasileira contribui no entendimento das particularidades da Questão Social no Brasil. Para isso, foi realizada uma revisão bibliográfica que desse conta da trajetória histórica do Brasil e suas especificidades, a partir de alguns dos principais intérpretes brasileiros: Caio Prado Júnior, Florestan Fernandes, Carlos Nelson Coutinho, Manoel Bomfim e Darcy Ribeiro. O olhar metodológico se debruçou, brevemente, sobre três questões fundamentais ao alcance do objetivo: 1) a herança da colonização; 2) a estrutura econômica, sobretudo, a condição de capitalismo dependente e a revolução burguesa; 3) o papel do Estado e 4) a Questão Social no Brasil, que compreendem, respectivamente, as seções do trabalho em foco.

0. A HERANÇA COLONIAL BRASILEIRA

A formação social e a Questão Social no Brasil se encontram circunscritas pelas próprias bases históricas sob as quais a nação foi construída, iniciado com o processo de colonização no país. O “descobrimento”, que nada mais foi do que uma invasão territorial, liderado pelos colonizadores portugueses, se encontrava

integrado ao objetivo comercial mais amplo dos países Europeus, não sendo de fato um movimento previsto nos propósitos lusitanos iniciais. Na verdade, a motivação para povoar o Brasil, surge a partir das novas circunstâncias impostas à realidade portuguesa, sobretudo, a imperatividade de instalar-se no novo território visando gerenciar a produção das novas atividades comerciais (PRADO JR, 2011). Tal contexto se encontrava inserido na necessidade de incorporar esse “novo” território ao sistema capitalista de produção mundial, por meio da implantação de um modelo de dominação e extermínio que conformava o Brasil numa espécie de empresa dos colonos brancos, que tinha por finalidade a exploração dos seus recursos em prol das atividades comerciais europeias, sendo este o verdadeiro sentido da colonização no país (PRADO JR, 2011).

Todo esse movimento de espoliação e produção de riquezas (HARVEY, 2014) se encontrava alicerçado no trabalho forçado da mão de obra escravizada, a princípio dos nativos indígenas e, posteriormente, dos africanos traficados. O encontro entre as três matrizes étnicas no período colonial, a saber: indígenas, negros africanos e portugueses; foi perpassado por estranhamento, disputas e confluência numa mestiçagem que deu origem a um povo novo, uma formação social única (RIBEIRO, 1995). Contudo, tal formação social, balizada por um sistema escravista e uma economia subserviente ao capital central, foi dada por um movimento regado de contradições por meio de um processo violento, com o apagamento das culturas africanas e indígenas; da força de trabalho escravizada; e da repressão aos ditos rebeldes da nova ordem. Essa imposição de culturas, resultou numa “distância social” marcadamente presente nas relações sociais de produção da vida no Brasil, encontrando rebatimentos expressivos até os dias de hoje (RIBEIRO, 1995).

É importante ressaltar que os negros e indígenas negaram o lugar de escravos. Como aponta Moura (1981), o negro escravizado não foi um componente passivo da dinâmica histórica e social; eles protagonizaram diversos movimentos de insurgência e rebeldia ao processo de exploração na qual foram submetidos, dentre os quais destacamos a organização dos quilombos, assassinato dos senhores de

engenho, fugas e até mesmo o suicídio. A luta e resistência dos negros e dos povos originários não pode ser desconsiderada enquanto um elemento permanente nas relações sociais estabelecidas naquele período.

A particularidade do sistema econômico, sobre o qual o país foi estruturado, e os entraves formativos de relações baseadas no trabalho escravizado trouxeram severas implicações que perfazem o sistema cultural, social, político, educacional (NABUCO, 2003; RIBEIRO, 1995). Uma implicação marcante dessa herança pode ser assimilada na relação contraditória e desigual entre capital e trabalho, que legará à futura classe trabalhadora, majoritariamente negra, as piores formas de trabalho e remuneração, e conformará, através do racismo, o elo de sustentação da exploração da força de trabalho, como pode-se demarcar do seguinte trecho:

Por que a escravidão, assim como arruína economicamente o país, impossibilita o seu progresso material, corrompe-lhe o caráter, desmoraliza-lhe os elementos constitutivos, tira-lhe a energia e a resolução, rebaixa a política; habitua-o ao servilismo, impede a imigração, desonra o trabalho manual (NABUCO, 2003, p. 110)

A escravidão não apenas deteriorou a vida de milhões de pessoas negras e indígenas no passado dessa empresa colonial, que com seu sangue ergueram um império e participaram do ciclo que permitiu a construção do modo de produção tipicamente capitalista – e por isso parte constitutiva deste – como também marcou a ferro e a sangue pisado a geração de futuros e futuras descendentes mesmo que marcado pelo advento do “trabalho livre”.

Mesmo que o modelo econômico tenha perpassado por determinadas transições, as raízes não foram alteradas, de tal forma que, seja qual relação for: colono/escravizado ou patrão/assalariado; a égide valorativa permanece sobre as mesmas bases de subjugação do trabalho, condicionando a “camada senhorial a encarar o povo como mera força de trabalho destina a desgastar-se no esforço produtivo e sem outros direitos que o de comer enquanto trabalha, para refazer suas energias produtivas, e o de reproduzir-se para repor a mão-de-obra gasta (RIBEIRO, 1995, p. 212).”

Um outro cenário que podemos destacar dessa influência, ressaltada também por Nabuco (2003), é a herança da degradação e “desapego” por parte da classe

que explora a terra, sem ter com ela uma relação de futuro, por isso mesmo a usa à exaustão. Ainda que isso, ao nosso juízo, não seja uma relação diametralmente oposta ao que as relações próprias do capital engendram, pode-se ver aí, talvez uma intensificação por meio dessa herança das relações de produção escravagista.

Essa é uma face interessante quando pensamos a hereditariedade do sistema colonial em nossa formação, visto que, mesmo a classe trabalhadora brasileira sendo uma, no sentido que compõe uma classe que não dispõe dos meios de produção, ela é diversa em seus profusos aspectos de raça, gênero, etnia, sexualidade, etc. Como nos mostra Darcy Ribeiro (1995)

aquela uniformidade cultural e esta unidade nacional - que são, sem dúvida, o grande resultante do processo de formação do povo brasileiro - não devem cegar-nos, entretanto, para disparidades, contradições e antagonismos que subsistem debaixo delas como fatores dinâmicos da maior importância. (p.22)

E nesse cenário, ao menor sinal de organização das classes subalternas e reivindicação por mudanças na ordem social vigente, "as classes dominantes apelam para a repressão e a força" (RIBEIRO, 1995, p.26).

0. CAPITALISMO DEPENDENTE E REVOLUÇÃO BURGUESA

O advento da Revolução Industrial e a mudança no seio produtivo de conformação capitalista tornaram o Brasil duplamente dependente de Portugal e da Inglaterra. As transformações em voga determinavam que o país se adequasse às exigências do capital industrial inglês. Com o início da fase imperialista do capitalismo e a produção em larga escala das mercadorias, o sistema passou a formar grandes monopólios que cerceavam as possibilidades dos concorrentes e inibia qualquer viabilidade dos países periféricos terem um desenvolvimento independente. Assim, toda e qualquer tentativa brasileira de se expandir, econômica e industrialmente, se deu por meio da extração de dívidas externas e a condição de subserviência ao mercado internacional no controle da economia interna.

Desse modo, a transição do período Colonial para o Império, não representou modificação significativa no âmago da economia brasileira, que continuaria

heterônoma e dependente das atividades comerciais de exportação. É esse cenário que irá moldar a inserção brasileira no capitalismo que, mediante “duas dimensões uma estruturalmente heteronômica; outra com tendências dinâmicas autonômicas ainda em via de integração estrutural”, condicionam o capitalismo dependente no país (FERNANDES, 2020, s.p.).

Como nos traz Carlos Nelson Coutinho, trazendo um conceito de Lênin, no seu livro *Cultura e Sociedade no Brasil* há um processo de modernização econômico-social pela “*via prussiana*”, ou seja, uma transição ao regime econômico e político capitalista de produção pelo alto, com uma burguesia que com sua debilidade não “assume o papel de *paladina da civilização* ou de *instrumento da modernidade*, pelo menos de forma universal e como decorrência imperiosa de seus interesses de classe” (FERNANDES, 2006, p.204).

A conformação da reconfiguração do Estado oligárquico ao Estado burguês fez-se sem uma ruptura brusca com aqueles traços que compuseram o período da empresa colonial, foi sobretudo uma conversão da dominação por meio da nascente burguesia industrial e da oligarquia (que também detinha sua parcela nessa configuração de burguesia). Tais relações sociais são fruto daquilo que Florestan vai chamar de um aspecto sócio dinâmico provinciano, e que Coutinho (2011) vai configurar como uma sociedade civil débil à época,

a debilidade da sociedade civil é responsável pela minimização de um dos papéis essenciais da cultura, precisamente o de expressar a consciência social das classes em choque e de organizar a hegemonia ideológica de uma classe ou de um bloco de classes sobre o conjunto dos seus aliados reais ou potenciais. A cultura brasileira tornou-se assim em grande parte uma cultura “ornamental”, já que não existia (ou era excessivamente débil) o *médium* próprio da vida cultural: a sociedade civil. (COUTINHO, 2011, p.47)

A partir desses pontos elencados por ambos autores podemos tratar essa dinâmica de reprodução das relações sociais como uma representação de cima para baixo, na qual a burguesia e a oligarquia desempenham um papel de condutores da nação e sob a condição própria de sujeitos de direitos, como uma espécie de

primeira nação, como cita Florestan (2006).

E há uma segunda nação, a das classes subalternas, que representando a grande maioria da população brasileira, seguem excluídas, especialmente a sua camada negra e indígena, “isso faz com que a intolerância tenha raiz e sentido políticos; e que a *democracia burguesa*, nessa situação, seja de fato uma democracia restrita, aberta e funcional só para os que têm acesso à dominação burguesa” (FERNANDES, 2006, p.212).

A burguesia brasileira, expressão desse processo, detém uma peculiar lealdade aos capitalistas centrais, entendendo que a manutenção de sua dominação de classe deve ser dada dentro do terreno político, com a finalidade de garantir seus interesses particulares (FERNANDES, 2020). Para Florestan (2006) é importante extrair da complexidade histórica da formação do Brasil a dinâmica pela qual foi possível, mesmo com uma organização econômica “atrasada” e presa ao passado, realizar a revolução burguesa. Esta que o autor concebe como “um conjunto de transformações econômicas, tecnológicas, sociais, psicoculturais e políticas que só se realizam quando o desenvolvimento capitalista atinge o clímax de sua evolução industrial” (FERNANDES, 2006, p.203) e que ocorre à sua maneira no Brasil, de uma forma *desigual e combinada*, vide sua posição na divisão internacional do trabalho.

A nossa revolução burguesa remonta ao início da era da modernidade para nosso país – ainda que em descompasso histórico com o centro do capital, aliás, posto que é típico de uma economia dependente e subalterna esse descompasso – se faz com um patamar deveras específico no que concerne às transformações estruturais que se esperariam de uma revolução (FERNANDES, 2006).

O país apesar de se modernizar na virada do século XIX para o XX, o faz por vias de uma modernização conservadora mantendo-se a sua face autocrática, sobretudo pela extrema necessidade de manter o padrão vigente de acumulação

baseado na concentração da riqueza, na grande propriedade – o latifúndio – e na superexploração da força do trabalho, especialmente na passagem do capitalismo concorrencial (ou competitivo) para a era monopolista.

Aliás, é nessa passagem do capitalismo competitivo para o monopolista que se assenta o caráter definitivo do processo de revolução burguesa de nossa economia dependente. As reconfigurações pelas quais a burguesia (e as suas frações internas e externa – que tem papel central nesse desenvolvimento) e o Estado passam no século vinte permite a formação de um compósito urbano-industrial, que desvela tanto a classe dominante, quanto sua face contrária, o proletariado.

A “evolução” histórica dessas duas classes permitem, junto com o desenvolvimento das forças produtivas possíveis dentro desse capitalismo dependente, a consolidação da revolução burguesa, que apenas chega ao auge com o golpismo nos anos sessenta com a fundação da era monopolista madura no Brasil.

Esse processo permitiu

a continuidade do *status quo ante* e condições materiais ou políticas para encetar a penosa fase de modernização tecnológica, de aceleração do crescimento econômico e aprofundamento da acumulação capitalista que se inaugurava. A burguesia ganhava, assim, as condições mais vantajosas possíveis (em vista da situação interna): 1) para estabelecer uma associação mais íntima com o capitalismo financeiro internacional; 2) para reprimir, pela violência ou pela intimidação, qualquer ameaça operária ou popular de subversão da ordem (mesmo como uma “revolução” democrático-burguesa); 3) para transformar o Estado em instrumento exclusivo do poder burguês, tanto no plano econômico quanto nos planos social e político (FERNANDES, 2006, p.212).

A interrupção de um período democrático e das agitações das organizações populares que disputavam um projeto de reformas para o país “ que apontavam para uma ampla reestruturação do padrão de desenvolvimento econômico e uma profunda democratização da sociedade e do Estado” (NETTO, 2015, p.39) na

década de sessenta, foi feita em nome da consolidação de um projeto de país aberto ao capital internacional e de um padrão de desenvolvimento que já estava em curso, em prol da reprodução do desenvolvimento dependente e excludente.

José Paulo Netto, no livro *Ditadura e Serviço Social* nos dá um ótimo resumo quanto ao significado do que foi o golpe empresarial-militar de 1964, quando diz que

O desfecho de abril foi a *solução política* que a fora impôs: a força bateu o campo da democracia, estabelecendo um *pacto contrarrevolucionário* e inaugurando o que Florestan Fernandes qualificou como “um padrão compósito e articulado de dominação burguesa”. Seu significado imediatamente político e econômico foi óbvio: expressou a derrota das forças democráticas, nacionais e populares; todavia, o seu significado histórico-social era de maior fôlego: *o que o golpe derrotou foi uma alternativa de desenvolvimento econômico-social e político que era virtualmente a reversão do já mencionado fio condutor da formação social brasileira* (NETTO, 2015, p.41).

Esse foi o meio pelo qual a burguesia nacional resolveu “pôr um limite” nas contradições entre as demandas das classes populares e os anseios de continuidade do projeto de dominação burguesa que “implicou, em relação ao passado recente da formação social brasileira, um movimento simultaneamente de continuidade e de rupturas” (NETTO, 2015, p.43).

Essa escolha acentuou ainda mais as fissuras e exclusão de uma parcela considerável da população brasileira, aumentando a concentração de renda e poder político, enquanto a miséria e desigualdade aumenta, como diz a canção de Nação Zumbi (1994) que “a cidade não para a cidade só cresce, o de cima sobe e o de baixo desce”.

A erosão do processo ditatorial na década de 1980 não interrompe a tradição heteronômica do capitalismo brasileiro, apesar da intensa movimentação popular, de partidos políticos retomando a cena, intelectuais, sindicatos, etc. pela redemocratização política, indo às ruas por reformas e por uma nova constituição, que vai desembocar na Carta Magna de 1988. Embora tenha sido palco de algumas

conquistas, a década de noventa traz um componente que acentua o legado de desigualdade deixada pela ditadura e sua vinculação ao capital imperialista, a adoção da métrica e do modelo neoliberal.

0. O PAPEL DO ESTADO

Assim sendo, o Estado, fruto desse processo de revolução burguesa no Brasil, para além de ser não mais que “a forma de organização que os burgueses necessariamente adotam, tanto no interior como no exterior, para garantia recíproca ‘de sua propriedade e de seus interesses’” (MARX; ENGELS, 1999, p. 98), surge como um balizador da exclusão e exerce um papel essencial no processo de dominação e afirmação do modo de produção capitalista dependente. Como fica bem claro no decurso histórico do Brasil quando as massas organizadas combateram, ocupando as ruas do país, em nome de avanços e garantias para a classe trabalhadora e foram duramente reprimidas, mesmo quando tendo por horizontes pautas condizentes com a democracia burguesa. Como cita Florestan (2006) sobre o papel mistificante e falaciosa das representações democráticas da burguesia brasileira para a classe trabalhadora,

As representações ideias da burguesia valiam para ela própria e definiam um modo de ser que se esgotava dentro de um circuito fechado. Mais que uma compensação e que uma consciência falsa, eram um adorno, um objeto de ostentação, um símbolo da modernidade e da civilização. Quando outros grupos se puseram em condições de cobrar essa identificação simbólica, ela se desvaneceu. A burguesia mostrou as verdadeiras entranhas, reagindo de maneira predominantemente reacionária e ultraconservadora, dentro da melhor tradição do mandonismo oligárquico [...] (FERNANDES, 2006, p.206).

Assim se forma a era burguesa e se dá o processo de consolidação de uma nova sociabilidade, mas tecida com os panos do passado. O capitalismo se funda com uma burguesia opressora do seu povo e servil aos imperialismos, abrindo mão de um projeto autônomo de nação e compondo-se em bases heteronômicas.

Darcy Ribeiro já nos alertara sobre essa tendência das classes dominantes

em relação aos subalternizados, visto que estão sempre “sob o pavor pânico do alçamento das classes oprimidas. Boa expressão desse pavor pânico é a brutalidade repressiva contra qualquer insurgência e a predisposição autoritária do poder central, que não admite qualquer alteração da ordem vigente” (RIBEIRO, 1999, pp.23-24).

Quando, portanto, observamos atenciosamente e

vamos à essência da nossa formação, veremos que na realidade nos constituímos para fornecer açúcar, tabaco, alguns outros gêneros; mais tarde ouro e diamantes; depois, algodão, e em seguida café, para o comércio europeu. Nada mais que isto. É com tal objetivo, objetivo exterior, voltado para fora do país e sem atenção a considerações que não fossem o interesse daquele comércio, que se organizarão a sociedade e a economia brasileiras (PRADO JR, 2011., p.32).

Destarte, portanto, ao pensar no conceito de nação enquanto um sentido de coletividades com um projeto autodeterminado de futuro e orientado para a maioria da população podemos chegar à conclusão que o Brasil não a possui, apesar de formalmente contar atualmente com uma sociedade civil diferente daquela que apontou Coutinho (2011) quando se refere ao século XIX.

Mas quando pensamos especialmente na condição das populações negra e indígena, vemos que a tradição de uma democracia restrita (FLORESTAN, 2006) permanece e contamos com essas populações figurando entre os piores índices estatísticos entre a população brasileira, fazendo com a classe trabalhadora, que em sua porção majoritária é negra sofra durante com os (des)mandos de uma burguesia racista e reacionária.

Sendo, pois, necessário a criação de espaços que proporcionem a organização da luta pelo poder popular, o avanço de propostas verdadeiramente democráticas (incluindo todos os excluídos), tendo como horizonte uma sociedade sem a exploração de classes. É desta forma que poderemos ir à raiz da questão e reverter a revolução burguesa dependente. Como nos diz Manoel Bonfim, “desta

sorte, resta-nos uma pátria a conquistar ainda, e a liberdade política a assegurar, e criar as próprias possibilidades de progresso social” (2014, p.315). Uma sociedade onde possamos gozar de autonomia, política e econômica, dirimindo as expressões de dependência e dos *sentidos da nossa colonização* para ficar em termos *pradianos*.

0. QUESTÃO SOCIAL

A questão social é uma categoria que expressa a contradição fundamental do modo capitalista de produção. Se antes da ascensão do sistema Capitalista, a pobreza estava ligada a um quadro geral de escassez determinado pelo nível arcaico de desenvolvimento das forças produtivas materiais e sociais; a partir da industrialização na Europa no séc. XVIII, um fenômeno novo impactou a sociedade, pela primeira vez na história a pobreza crescia em razão direta em que se aumentava a capacidade de produção social de riqueza. (NETTO, 2001)

A contradição emergente polarizada entre Capital e Trabalho se traduziu em desdobramentos sócio-políticos que se configuraram em uma ameaça real às instituições sociais existentes. A insatisfação crescente da classe trabalhadora com o quadro de pauperismo e precarização da vida - derivação direta das necessidades de acumulação capitalista - levou os trabalhadores a se organizarem em reivindicações por melhores condições de vida e de trabalho. Desse modo, o Estado se viu pressionado a responder às demandas da classe trabalhadora e a “Questão Social” ganhou seu significado. (NETTO, 2001)

Nesse sentido, as relações conflituosas que se estabeleceram entre o capital e o trabalho configuram a chamada Questão social, sendo uma produção compulsória do Capitalismo. Desse modo, no decorrer do desenvolvimento capitalista, não temos uma nova Questão Social, mas sim expressões cada vez mais complexas da mesma “Questão Social”. Essas expressões são múltiplas e se radicalizam em um país como o Brasil, cuja formação social é carregada de particularidades que engendraram um agudo grau de exploração de sua classe

trabalhadora. O nosso insucesso em desencadear revoluções capazes de dar cabo aos nossos grilhões do passado delineiam que as expressões da “Questão Social” no Brasil sejam vivenciadas preponderantemente pela população negra, o que expõe o persistente traço colonial da nossa burguesia que bebe da fonte do escravismo, do racismo e faz com que “matar de fome, de raiva e de sede sejam tantas vezes gestos naturais” (CAETONO VELOSO, 1984).

O Estado responde a essas expressões da chamada Questão Social com medidas de proteção social cada vez mais fragmentadas e focalizadas e com um aparato repressor que remonta o passado; direcionando uma truculência exponencial à população mais pobre e negra e aos povos indígenas. No processo de criminalização da pobreza no Brasil, os camburões se assemelham aos navios negreiros e os presídios ganham um ar de senzala. Já as expressões da “Questão social” assumem proporção de desastre social, como mencionado por Iamamoto (2010) em referência a Soares. Alguns exemplos desses desastres são, a insegurança alimentar, o desemprego, a violência doméstica, a violência urbana, mortalidade materna, a precarização do trabalho, salários baixíssimos, falta de moradia, dentre outras formas de desumanização.

Na sua obra *Serviço Social em Tempo de Capital Fetiche* (2010), Marilda Iamamoto traz reflexões sobre as particularidades da “Questão social” no Brasil levando em consideração o debate acerca da nossa formação social brasileira. Sob a luz do pensamento de Florestan Fernandes, a autora aponta que no Brasil o “moderno ” se constrói por meio do “arcaico”. Como abordamos anteriormente, o processo de Revolução Burguesa foi feito por cima, desenhada numa economia dependente, carregada de padrões coloniais e de formas arcaicas e precarizadas de trabalho. Sobre essa relação entre o moderno e arcaico, Iamamoto diz:

As marcas históricas persistentes, ao serem atualizadas, repõem-se, modificadas, ante as inéditas condições históricas presentes, ao mesmo tempo em que imprimem uma dinâmica própria aos processos contemporâneos. O novo surge pela mediação do passado, transformado e recriado em novas formas nos processos sociais do presente. A atual inserção do país, na divisão internacional do trabalho, como um país de economia dita “emergente” e um mercado mundializado, carrega a história da sua formação social, (IAMAMOTO, 2010 p 128)

Essa particularidade é fundamental para entender a feição da “Questão Social” na contemporaneidade brasileira que traduz um conjunto das desigualdades sociais e atiza uma pluralidade de lutas sociais, produzidas e reproduzidas no movimento contraditório das relações sociais. Desse modo, a formação social brasileira condensa o embrutecimento das nossas contradições históricas e arcaicas e é palco de diversas lutas por direitos, dos movimentos negros, indígenas, sindicais, feministas, pela terra, pela moradia, dentre muitos outros que se opõe a superexposição.

0. CONCLUSÃO

É fato que a sociedade brasileira perpassa atualmente uma conjuntura marcada pelo adensamento da Questão Social, que mesmo se mantendo como implicação do processo contraditório entre capital e trabalho, acaba por assumir novas roupagens (IAMAMOTO, 2014). As expressões particulares da Questão Social no Brasil são engendradas pela própria formação sócio-histórica brasileira que circunscrevem suas manifestações ao longo de todo seu processo histórico enquanto nação.

Retomar a leitura da realidade do país à luz dos intérpretes radicais/revolucionários nos auxilia na compreensão de que presente e passado se encontram perfeitamente imbricados dialeticamente. Afinal, “os homens fazem a sua própria história, mas não a fazem segundo a sua livre vontade; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado” (MARX, 1852, p. 6).

A formação social brasileira demonstra que a herança escravocrata deixou marcas permanentes na nossa história e formação social-econômica, encontrando seus ecos nas mais diversas expressões da Questão Social: desigualdade social, escravidão moderna, racismo, discriminação entre tantos outros. As características da burguesia nacional e a condição de capitalismo dependente, implicam diretamente nas contradições de classe, ampliando distâncias sociais intransponíveis. Fazendo uso do Estado como um verdadeiro comitê de manutenção

dos seus interesses (MARX; ENGELS, 1998), a burguesia tira proveito da desigualdade e lucra em cima da pobreza, colocando as classes subalternas como um potencial inimigo ameaçador de sua ordem. Nesse processo, o papel do Estado só é efetivado para responder às mazelas mais extremas da classe trabalhadora, que continuamente explorada, é atingida, simultaneamente, por mais de uma expressão da Questão Social.

Todo esse cenário é ainda mais insustentável no momento atual de avanço ultraneoliberal e ultraconservador, que amplia a desregulamentação econômica, buscando favorecer os interesses da elite internacional e local. Nesse processo, tem-se o avanço da (des)proteção social, ampliando-se o fosso das desigualdades sociais entre as classes fundamentais do capitalismo, elevando os níveis de pobreza e miséria, expressões da Questão Social, particularmente adensadas no cenário pandêmico.

Nesse contexto, é a população negra e indígena que mais sofre cotidianamente com as heranças desse passado, sendo legadas as piores formas de venda da força de trabalho, num país onde reina a superexploração do trabalho (MARINI, 2000), às precárias formas de moradia; racismo estrutural, abuso policial, extermínio e necropolítica.

Essa “máquina de moer gente” que constitui a nação brasileira é palco, como diz Ailton Krenak, de uma “guerra constante”, sendo fundamental sempre que possível retornar à formação social brasileira na intenção de questionar o passado, disputar o presente e propor um novo futuro em busca da emancipação humana.

Referências

BONFIM, Manoel. **Brasil Nação**: volume II. Prefácio de Cecília Costa Junqueira. Brasília: Editora UNB, 2014.

CAETANO VELOSO. **Podres poderes**. Rio de Janeiro: Polygram, 1984.

COUTINHO, Carlos Nelson. *Cultura e Sociedade no Brasil*. 4. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011. p. 35-72.

FERNANDES, Florestan. A conceituação da Revolução Burguesa. In: FERNANDES, Florestan. **A Revolução Burguesa no Brasil**. 5. ed. São Paulo: Globo, 2006. Cap. 5. p. 239-260.

FERNANDES, F. **A revolução burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. Curitiba: Kotter Editorial; São Paulo: Editora Contracorrente, 2020. p. 536.

IAMAMOTO, M. **O Serviço Social em Tempos de Capital Fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**, São Paulo: Cortez Editora, 2007.

IANNI, O. A questão social. **Revista USP**, [S. l.], n. 3, p. 145-154, 1989.

LEON, Jaime Winter; MALTA, Maria Mello. Formação da sociedade de classes e a necessidade de descolonização no Brasil. **História econômica & história de empresas**. V. 23, n.2, 2020, p. 357-392.

HARVEY, David. **O novo imperialismo**. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

MARINI, Ruy Mauro. Dialética da dependência. In: SADER, Emir (org.). **Dialética da dependência**: uma ontologia da obra de Ruy Mauro Marini. Petrópolis: Vozes;

Buenos Aires: CLACSO, 2000.

MARX, K.; ENGELS, F. **O manifesto do partido comunista**. São Paulo: Cortez, 1998.

MOURA, Clovis. **Os quilombos e a rebelião negra**. Editora brasiliense: 1981.

NABUCO, Joaquim. **O abolicionismo**. Brasília: Senado Federal, Conselho editorial, 2003.

NETTO, José Paulo. **Cinco Notas a Propósito da “Questão Social”**. Revista Temporalis, nº 3. Brasília: ABEPSS, 2001, pp. 41 –49.

PRADO JÚNIOR, C. **Formação do Brasil contemporâneo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

RIBEIRO, Darcy. **Povo Brasileiro: A Formação e o Sentido do Brasil**. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.